



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
DIRETORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO**

Projetos de Pesquisa

IFAL CAMPUS MACEIÓ

EDITAL N° 01/2025 – DG/DEPPI/CMAC/IFAL



Relações Étnico-Raciais na Escola: uma análise acerca da criação dos NEABI's/IFAL e a elaboração de políticas afirmativas ao ingresso por cotas.

Jayr Vitor Conceição Santos¹, José de Oliveira Junior²,
¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, Al, Brasil
jvcs9@aluno.ifal.edu.br, oliveira.junior@ifal.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS
Campus Maceió

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS
Campus Maceió

Direção-Geral
Diretoria de Extensão, Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

EDITAL N° 01/2025
DG/DEPPI/CMAC/IFAL, 26 DE MARÇO DE 2025

INTRODUÇÃO

A escola, enquanto instituição social, desempenha um papel fundamental na formação de identidades e na construção de significados entre os/as alunos/as, incluindo aqueles relacionados à raça e à etnia. A educação é a forma adotada para a socialização da geração jovem. É através dela que são transmitidas as características específicas para uma vida sociável. Nesse sentido, é ela que coloca a criança e o jovem em contato com uma sociedade específica, e não com toda a sociedade existente. Cada sociedade formula suas bases, normas e regras para sua educação. No Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Alagoas – IFAL, no ano de 2018 é criada a Resolução N° 029/CS, de 19 de dezembro do referido ano, que aprova a Institucionalização dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiro e Indígenas – NEABIs, com o intuito de fomentar as políticas de ações afirmativas em seus campi. Com isso, temos como objetivo nesse primeiro momento resgatar a história e memória do Neabi/Campus Maceió, como precursor dessa demanda, e verificar a implementação das políticas de cotas para o ensino médio, que passa a ser criada pela Resolução de N° 129/2023, que estabelece as políticas de acesso para os estudantes. No Brasil tem mudado o perfil da/aluno/a que ingressa hoje no ensino Superior e Médio da rede Federal de Ensino, Ciências e Tecnologia, os Institutos Federais, e no Campus Maceió. Devido as políticas públicas de acesso e permanência de sujeitos que antes não podiam adentrar em alguns cursos desse espaço, com as Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 10.639/2003 e 11.645/2009, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino público e privado a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, a criação da Rede Federal de Educação Superior, a implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais –REUNI (BRASIL, 2007), e, a criação da Lei de Cotas nº 12.711 (BRASIL, 2012).

MÉTODOS

Justificativa

A escola, enquanto instituição social, é fundamental na formação de identidades e na construção de significados, incluindo aqueles relacionados à raça e etnia. No contexto do Instituto Federal de Alagoas (IFAL), a pesquisa justifica-se pela necessidade de:

• Investigar a implementação das políticas de ações afirmativas e a institucionalização dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs) através da Resolução N° 029/CS/2018

através da Resolução
• Analisar a nova

- Compreender a importância da política de acesso à educação estabelecida pela Resolução nº 129/2023 (cotas).
- Compreender o impacto das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 na mudança do perfil dos alunos que ingressam na Rede Federal, buscando uma educação

permir aos alunos que ingressam na Rede Federal, buscando uma educação antirracista e inclusiva.

Metodología

A metodologia adotada nesta pesquisa é de natureza qualitativa com abordagem etnográfica, escolhida por permitir uma descrição densa do grupo estudado e uma interação direta com os sujeitos e sua cultura institucional no cotidiano escolar. O percurso investigativo iniciou-se com uma intensa fase de revisão bibliográfica e documental, essencial para fundamentar teoricamente o estudo sobre as relações étnico-raciais. Foram realizadas leituras aprofundadas de obras de referência, como "O pacto da branquitude" e "Pequeno Manual Antirracista", além de consultas a sites e fóruns, visando construir um conhecimento sólido sobre o racismo estrutural e a luta por equidade racial no contexto educacional.

Simultaneamente à fundamentação teórica, a pesquisa empreendeu uma análise documental rigorosa das normativas legais e institucionais, examinando as Leis federais nº 10.639/2003, nº 11.645/2008 e a Lei de Cotas (nº 12.711/2012), bem como as Resoluções do IFAL nº 029/CS/2018, que institucionaliza os NEABIS, e nº 129/2023, que define as novas políticas de acesso discente. Para compreender o cenário macroestrutural de acesso à educação, o estudo também incorporou a análise de dados estatísticos educacionais e pesquisas do IFCE e do INEP.

educacionais provenientes do IBGE e do INEP. A etapa do campo caracterizou-se pela observação participante e vivência *in loco* no Campus Maciel, incluindo conversas com membros do Neabi para o resgate da história e memória do núcleo. Embora o cronograma de entrevistas estruturadas tenha sofrido ajustes para priorizar a fundamentação histórica e bibliográfica nesta etapa inicial, a metodologia segue um caráter multifocal e dialógico, prevendo a continuidade da interação direta com a comunidade acadêmica para investigar a consolidação das ações afirmativas na instituição.

RESULTADOS

Os resultados obtidos até o momento evidenciam que a institucionalização dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs) no IFAL, formalizada pela Resolução nº 029/CS/2018, constitui um marco fundamental para o cumprimento das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, atuando como mecanismo central na promoção de ações afirmativas e na luta antirracista dentro da instituição. No plano teórico-histórico, a investigação confirmou a persistência de desigualdades estruturadas no racismo brasileiro, desconstruindo o mito da democracia racial e identificando o papel histórico das elites intelectuais na difusão de teorias racialistas e políticas de embranquecimento da população.

Sob a ótica dos indicadores sociais, a análise de dados do IBGE e INEP revelou um cenário de avanços e desafios: enquanto o acesso ao ensino superior apresentou um crescimento expressivo (55,6%) impulsorado pela Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), as disparidades na educação básica permanecem agudas, com taxas de evasão escolar significativamente superiores entre jovens negros em comparação aos brancos. A pesquisa também sistematizou a trajetória das políticas públicas no país, demonstrando que as conquistas normativas recentes, como a Resolução nº 129/2003 do IFAL (cotas no ensino médio) e a Política Nacional de Equidade (PNEEQ), são frutos diretos da pressão histórica exercida pelos movimentos negros, desde marcos como a Marcha Zumbi dos Palmares em 1995 até a Conferência de Durban.



Figura 1 – Resultados da pesquisa. Fonte: Autores.2025.

CONCLUSÕES

A presente pesquisa reflete a etapa inicial de nossa jornada, focada no resgate histórico das lutas dos movimentos negros e na análise das políticas públicas. Constatamos que, apesar dos avanços legais significativos como a Lei 10.639/03 e a Lei de Cotas, que ampliaram o acesso ao ensino superior, o Brasil ainda enfrenta profundas desigualdades estruturais que limitam a trajetória escolar da população negra desde a educação infantil.

Nesse cenário, reafirmamos que a atuação dos NEABPI é estrategicamente indispensável para o IFAL. Para alcançar uma educação verdadeiramente equitativa, é imperativo garantir maior visibilidade e recursos a esses núcleos, integrar a temática racial nos currículos e assegurar não apenas o acesso, mas a permanência exitosa dos estudantes autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas.

REFERÊNCIAS NORMATIVAS